



Enquadrando a dengue: o Jornal A Tarde e a emergência da doença na Bahia¹

Antonio Brotas²

Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Fundação Oswaldo Cruz na Bahia (Fiocruz-BA)

Resumo

O presente trabalho apresenta os enquadramentos feitos pelo jornal A Tarde na cobertura da dengue na Bahia. Voltado para os casos, o material jornalístico praticamente desconsidera o âmbito científico da saúde e perde a possibilidade de associá-lo às questões clínicas, dos serviços públicos e sócio-cultural. A cobertura da doença, simplesmente, acompanhou o desenrolar dos fatos e as ações governamentais, ou falta delas, perdendo a possibilidade de ampliar a cultura científica na saúde.

Palavras-chave

Jornalismo e saúde, dengue, jornalismo científico

Jornalismo, ciência e a saúde

Em meio ao debate que ainda floresce no campo científico, há uma luta multidisciplinar, envolvendo pesquisadores, instituições de fomento, fundações, jornalistas, meios de comunicação, escritores, estudantes, entre outros, pela difusão das questões científicas no seio da sociedade. Qual a melhor forma de falar de ciência com a população? Museus, livros didáticos, documentários, jornais e revistas, sites, oceanógrafos? Quais os recursos técnicos devem ser acionados? Qual o papel da escola, dos meios de comunicação, dos pesquisadores neste processo? Por que a ciência deve ser difundida? Estas são questões que perpassam toda discussão sobre cultura científica.

A saúde, por sua vez, tem espaço privilegiado nos meios de comunicação, além de naturalmente ser considerada assunto de primeira importância para os indivíduos na vida cotidiana. Daí ser bastante comum, quase que cotidianamente, encontrarmos matérias sobre o tema em diversos meios nas suas diversas dimensões: política, assistência, pesquisa e inovação, comportamento, prevenção, etc. Essa importância dada pelos meios encontra respaldo na audiência que demonstra interesse em assuntos relacionados à medicina, meio-ambiente, entre outros. A aproximação, embora possa promover distorções, principalmente, no que tange a publicação de informações

¹ Trabalho apresentado ao NP Comunicação Científica, do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor das FJA e assessor de comunicação da Fundação Oswaldo Cruz na Bahia (Fiocruz-BA)



sensacionalistas em época de epidemias, aponta boas perspectivas, já que sabemos que a saúde pública está intrinsecamente ligada à comunicação.

Um pouco mais adiantada, as discussões sobre a atividade de difundir descobertas, retrocessos da ciência e da tecnologia para a sociedade em geral tornou-se uma preocupação para vários cientistas, que sabem da necessidade de dar visibilidade ao seu trabalho, e para os divulgadores de ciência que ensaiam novas formas de tornar pública o conhecimento e as ações do campo científico que, caso contrário, ficariam restritos ao universo dos laboratórios e das bibliotecas das universidades e centros de pesquisa.

Ainda há uma impressão em relação aos termos que envolvem a questão. Fala-se em divulgação científica (Calvo Hermandó), cultura científica (Carlos Vogt), jornalismo científico (Wilson Bueno).

A primeira questão é justamente a confusão que é feita entre jornalismo científico, divulgação científica e disseminação científica. Autores como Fabíola Oliveira (2002), Burkett (1990) defendem que o jornalismo científico começa em meados do século XV, com a atividade de publicização dos trabalhos feito pelos próprios cientistas. Wilson Bueno (1984), por sua vez, busca elucidar esta questão ao defender uma separação desta perspectiva. Para ele, o jornalismo e a divulgação científica são campos complementares e estão subordinados à difusão científica.

O conceito de difusão científica, portanto, é mais amplo e englobando todos os periódicos especializados, os bancos de dados, os sistemas de informação, as reuniões científicas, os centros de pesquisa, as páginas de ciência e tecnologia dos jornais e revistas e os programas de rádio e TV. Bueno (1984) defende que quando a difusão científica é voltada para os especialistas, ocorre uma disseminação e quando é voltada para o público em geral ela é classificada como divulgação científica. Segundo Bueno, o jornalismo científico, nesse caso, é uma das esferas da divulgação científica, obedecendo a padrões e parâmetros que caracterizam o jornalismo: o gênero próprio, forma de produção, discurso e apresentação que diferem dos demais tipos de suplementos e materiais de divulgação.

Na área da divulgação muitos são os que defendem que a divulgação deva ter por finalidade passar conhecimento científico para toda a sociedade. A divulgação científica foi assim associada desde seus primórdios à educação, ou melhor, à proposta de despertar na população a consciência da importância da pesquisa científica e tecnológica, dando ênfase a determinados trabalhos. A idéia é, portanto, impedir a



formação de um abismo de incompreensão entre cientistas e a sociedade para que, tanto quanto possível todos – sem exceção – falem a mesma língua (San Juan apud Vilas Boas, 2005, p.33).

Hernando (1997), por sua vez, defende que as funções mais importantes atribuídas à divulgação científica:

- (a) criação de uma consciência científica coletiva, evitando que a ciência ficasse subjugada ao poder político e econômico;
- (b) Coesão entre os grupos sociais, de modo a permitir, entre outras coisas, a compreensão mútua entre cientistas e público.
- (c) Desenvolvimento cultural, na medida em que a os avanços, experimentos, investigações e preocupações científicas são parte importante de sua cultura.
- (d) Incrementar a qualidade de vida;
- (e) Incrementar a educação

Carlos Vogt (2006) é um dos autores que defende o conceito de cultura científica como o mais substantivo para falar de comunicação e ciência. Vogt sustenta que a divulgação científica seria o meio para garantir a participação ativa do cidadão no processo cultural em que a ciência e a tecnologia são atores indispensáveis, assim como elementos a literatura, e a ficção fazem parte do imaginário social. O termo cultura científica, na realidade, é passível a diversas interpretações. Cultura científica pode significar desde cultura da ciência, gerada pela ciência ou da própria ciência, cultura pela ciência, por meio ou a favor da ciência, e cultura para a ciência, pela produção e socialização da ciência.

Neste sentido, a cultura científica seria fruto da interação entre pesquisadores, divulgadores, instituições do campo da ciência e da comunicação, entre outros, que em articulação permanente expõem um conjunto de representações (crenças, teorias, modelos e conhecimentos) de normas, valores e pautas de conduta que seriam considerados importantes para a compreensão da realidade cotidiana de um grupo ou de toda a sociedade. Num importante artigo intitulado, Imaginando a paleontologia da cultura científica, Yuriy Castelfranchi (2006) critica a perspectiva de pensar a cultura científica apenas como falta de conteúdos, além de datas, noções, descobertas, deixando de lado questões importantes como “o contexto, as metáforas, as percepções, os mitos e símbolos que todos nós, antes e além da informação que recebemos pela mídia ou na escola, anexamos para construir nossa própria imagem da ciência e do cientista” (p.2).

Ora, se admitirmo, conforme defende Bueno (2008), que a comunicação em saúde é uma modalidade singular da divulgação científica, não podemos tratar a questão da saúde sem que esteja implícito, mesmo que não subordinado, o debate sobre a



ciência. Desse modo, “o estabelecimento de um fluxo ágil e permanente de informações qualificadas é fundamental, particularmente quando a ele se agrega a possibilidade de uma interação democrática entre emissores e receptores destas informações”. Esta perspectiva leva a comunicação e saúde para um campo que foge ao sensacionalismo, das imposições da indústria farmacêutica, podendo ampara-se com mais força nos elementos que perpassam as ações preventivas e edificam a compreensão da saúde pública na sociedade.

O campo da saúde, que somente ganha importância na mídia de modo a ter um espaço permanente dedicado à temática, com progressiva especialização dos profissionais e por ser multidisciplinar e a própria saúde ser um direito do cidadão brasileiro expresso no artigo 196 da Constituição Federal de 1988, é perpassado por interesses múltiplos e saberes diversos. O jornalista, neste caso, ao cobrir a saúde se depara com profissionais, especialidades, técnicas e instrumentos, políticas públicas, pesquisadores, serviços públicos. Daí, a saúde pode aparecer como objeto inalcançável de desejo, feitiço, discurso de poder e autoridade quer seja para reforçar um conhecimento socialmente difundido ou para apontar novos conhecimentos e práticas no campo da saúde. Em menor proporção, a saúde também revela-se na mídia como qualidade de vida.

Para Caco Xavier (2006), a saúde é sintetizada em três grandes dimensões na mídia: mercadoria; cura e tecnologia. Como mercadoria, a ênfase está na comercialização de produtos alimentício, de beleza, planos de saúde e diversos sobretudo através de merchandising e marketing. A cura refere-se à dicotomias saúde/doença, velho/juventude e dor/prazer. Deste modo, centra-se na passagem de um aspecto negativo para um positivo, excluindo outras dimensões da saúde como os determinantes sociais. A dimensão tecnológica está focada na “cientização” da saúde, principalmente nos aparelhos e instrumentos que sugerem progresso e apontam para eficiência e qualidade, além dos novos medicamentos que permitiriam revoluções no tratamento.

Certamente, uma cobertura de saúde não se isentará em tratar dessas dimensões. Entretanto, parece-me importante apontar que a comunicação em saúde não pode estar atrelada a interesses comerciais tampouco ser produzida com base em informações desqualificadas. Decerto, as fronteiras entre os avanços tecnológicos e científicos e os interesses mercadológicos estão cada vez mais tênues na contemporaneidade. Mas, uma gama de produções científicas sobre a saúde, o setor que mais produz conhecimento no



Brasil, simplesmente não aparecem na cobertura midiática da saúde. São negligenciados conforme ocorre com várias doenças, tais como Chagas, tuberculose, leishmaniose, leptospirose, os aspectos referentes à prevenção e a questões econômicas e sociais que definem a qualidade de vida de uma população.

O debate que nos propomos realizar busca apontar os enquadramentos que o jornal baiano A Tarde ofertou sobre a dengue no estado, através da análise das reportagens veiculadas no mês de abril, período em que houve a emergência de uma epidemia na Bahia. A discussão sobre ciência, saúde e comunicação fez-se necessário porque almejávamos ainda identificar a proporção e o modo que o discurso científico fora trabalhado nos materiais jornalísticos em questão.

Os números da dengue

Considerada como uma das doenças infecciosas de maior incidência no mundo, acometendo entre 80 milhões e 100 milhões de pessoas por ano, a dengue é transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*. As sucessivas epidemias, ocorridas a partir da década de 1980, transformaram a dengue em um dos principais problemas de saúde pública no Brasil, já que a doença encontra espaço para se proliferar em função de componentes estruturais como a falta de saneamento básico, coleta de lixo irregular, além de uma frágil educação em saúde pública.

A dengue manifesta-se, geralmente, na forma benigna, mas pode evoluir para uma forma grave, a dengue hemorrágica. Esta forma grave, que tem aguçado o interesse da mídia, vem acometendo cada vez mais indivíduos. Os indicadores não deixam dúvida. A Organização Panamericana de Saúde (OPS) calcula que o número de casos da dengue hemorrágica (DH) saltou de 60 casos em 5 países, no período de 1968 a 1980 para 139 mil casos de 2001 a 2005. O Brasil é um dos líderes desta estatística, com mais de 5 mil casos de DH nos últimos cinco anos e letalidade média de 10%. Em 2002, no auge da epidemia, foram 2714 casos, com 150 óbitos. Neste ano, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) reconhece a impossibilidade de erradicação em curto prazo, recomenda ao Ministério da Saúde a instituição de um programa que culmina na criação do Programa Nacional de Controle da Dengue. Não havia outro jeito, visto que o doença ganhou dimensões nacionais. O número de municípios infestados pelo *Aedes* saltou de 1753 em 1996 para 3970 em 2006. O número de sorotipos de vírus circulantes no país também torna o problema mais complicado em termos de saúde pública. Até 2002, o DENV 1 e DENV 2 são os mais frequentes. No ano seguinte, o quadro muda



consideravelmente com a entrada DENV 3 em, praticamente, todas as regiões. A circulação concomitante dos três sorotipos virais amplia consideravelmente a gravidade e a letalidade da doença. Em 2002, por exemplo, o crescimento do número de hospitalizações em função da dengue supera o número de casos e atinge mais de 50 mil. Em 2008, os exemplos mais graves ocorrem no estado do Rio de Janeiro, que numa situação de emergência, teve de pedir ajuda do Exército e de médicos de outros estados. Foram notificados, somente na capital, 5237 casos até abril, com ampla deficiência na atenção básica, configurando-se um problema grave de saúde pública. O MS calcula que de janeiro a março foram 120413 casos de dengue, 647 casos graves e 48 óbitos no Brasil.

O estado da Bahia³, praticamente, reproduz o quadro epidemiológico nacional. Dados oficiais apontam que 99,5% dos municípios do estado estão infestados pelo *Aedes aegypti*, com circulação de DENV 1, 2 e 3. No período de janeiro a março de 2008, 10.083 casos notificados de dengue, o que representa um acréscimo de 120% em relação ao mesmo período de 2007, ano em que o número total ficou em 14.105 casos. De acordo com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab), foram registrados até abril de 2008, 18.471 casos da doença no estado, com seis óbitos notificados referentes à forma grave da doença.

A informação sobre a dengue

Uma pesquisa encomendada pelo Ministério da Saúde (MS) revelou que 91% dos entrevistados dizem saber como se pega dengue. O percentual indica de alguma forma que a sociedade têm informações sobre como se prevenir da dengue, efeito, provavelmente das campanhas dos órgãos públicos, das ações direta dos agentes de saúde e certamente da cobertura realizada pelos meios de comunicação. Entretanto, poucos estudos avaliam o tipo de cobertura feita pelos jornais brasileiros em relação à doença. O trabalho desenvolvido por França et al (2004) é pioneiro neste sentido. Fonte de inspiração para este artigo, apesar de ter uma proposta diferenciada, as autoras, após análise das edições do jornal Estado de Minas, de 01 de janeiro de 1996 a 31 de dezembro de 2000, identificaram 446 notícias, sendo que 70% foram do ano de 1998, quando ocorreu a epidemia mais grave no período analisado.

³ O primeiro registro de dengue na Bahia ocorreu em 1987, no município de Ipujiara, na Chapada Diamantina, quando foi identificado o sorotipo DENV1. Em 1995, chega ao estado a confirmação da presença do DENV2, no extremo sul do estado. (VASCONCELOS et al, 2000).



Numa análise quantitativa, foi possível identificar que em 53,5% dos materiais o jornal deu ênfase à casos da doença e a clínica da doença, seguido de (26,4%) de informações gerais e relativas ao vetor. As fontes oficiais (84%), especialmente a Secretaria de Saúde do Município de Belo Horizonte (58%), foram as mais requisitadas.

Os resultados aqui apresentados indicam que os meios de comunicação também priorizavam a doença principalmente quando esta se manifestava de forma epidêmica, sendo a mesma praticamente esquecida pelo noticiário quando diminuía os casos. Assim, o número de notícias publicadas guardou estreita relação com o número de casos de dengue registrados. (...) Chama a atenção, neste estudo, o enfoque da dengue como uma doença benigna no primeiro ano de registro da epidemia em Belo Horizonte. É importante lembrar que o caráter de “uma ameaça, um perigo que corre em meio ao povo”, impregnado nas próprias origens etimológicas do termo “epidemia”, basta para que as enfermidades e suas formas epidêmicas ativem o imaginário social sobre a vida e a morte. (FRANÇA et al, 2004).

Enquadramento: uma proposta metodológica

Nossa proposta de análise assume algumas categorias estabelecidas pelas autoras, entretanto, optamos por trabalhar com a Teoria do Enquadramento, que permite trabalhar os *frames* utilizados pelos jornalistas nos textos, de modo a compreender a organização dos discursos e suas tentativas de interpretação dos acontecimentos sociais. O debate acerca dos meios de comunicação, principalmente o jornalismo, deve-se, sobretudo a capacidade que estes meios têm em oferecerem uma dose considerável de possibilidades de interpretação da realidade disponíveis num dado momento. Não é sem propósito que McCombs e Shaw (1972) afirmam que os indivíduos geralmente incluem ou excluem no seu cotidiano, elementos, pontos de vistas e perspectivas expressos nos meios de comunicação de massa.

A intensidade desta relação irá depender de diversas condições, entre elas, a maior ou menor vivência que o indivíduo tenha com questões e problemas sociais. No caso da dengue na Bahia, o pânico que foi gerado no Rio de Janeiro e transmitido pelos meios para todo o Brasil, com destaque considerável nas primeiras páginas e nas capas, além de tempo expressivo no noticiário televisivo, hierarquizando a temática como o mais importante do momento, fez com que a doença fizesse parte da agenda de nossos jornais antes das evidências expressas pelos dados epidemiológicos.



Sem adentrar na controvérsia sobre a continuidade do enquadramento em relação à agenda setting⁴, não restam dúvidas que a análise do enquadramento oferece outras possibilidades interpretativas. O enquadramento aparece nas análises do jornalístico como metodologia capaz de evidenciar as interpretações predominantes sobre os temas definidos na agenda midiática. Entman (1993) destaca que enquadrar é dar ênfase a alguns aspectos da realidade no material noticioso, além de apresentar uma interpretação e avaliação da situação. Enquadramento oferece, portanto, uma caracterização do problema, suas causas, os responsáveis, as conseqüências, as soluções e uma avaliação moral.

Os *frames* apareceriam assim como resultado do conjunto de informações associadas a determinado tema que, segundo a hipótese, seria utilizado para “empacotar” as histórias oferecidas pela mídia e interpretadas e discutidas pela audiência. (GUTMANN, 2006, p.22)

O trabalho de Soares (2006) nos ajudou a trabalhar o material coletado ao propor um roteiro com quatro fases de investigação: definição do objeto; observação; descrição; interpretação. Neste sentido, podemos ressaltar que o nosso objeto foi delimitado em função da ocorrência de casos no estado, optamos pelo período do mês de abril de 2008 no jornal A Tarde. Foram analisados todos os materiais jornalísticos publicadas no Caderno Um. Ao total foram identificadas 36 materiais entre reportagem e notícias e 5 infografias no período.

A análise seguiu com a opção pelos enquadramentos noticiosos que dizem respeito aos padrões de apresentação, seleção e ênfase acionados pelos jornalistas para organizar seus textos. (PORTO, 2004). Após avaliação do material, chegamos aos seguintes enquadramentos: casos da doença (número de casos, reconhecimento da epidemia, tipos de vírus e óbito); clínica da doença (sintomatologia da doença, doença benigna e doença grave); vetor e criadouros; Ações governamentais e serviços públicos; científico e sócio-cultural. O trabalho também classifica os enquadramentos em principal (concentrado nos espaços privilegiados de exposição como títulos, legendas, fotos e chamadas) e secundário, que pode ser complementar ou concorrente em relação ao principal. Como se trata de uma análise em sua primeira fase, não detalharemos se os enquadramentos secundários serão complementares ou concorrentes.

⁴ Há um debate sobre a continuidade ou ruptura do enquadramento em relação à agenda setting. Ver Porto, Mauro. **Enquadramentos da mídia e da política** In RUBIM, Antônio Albino Canelas. (Org.). Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.



Casos e mais casos

A questão da dengue esteve presente na agenda sugerida pelo Jornal A Tarde. No período de análise, identicamos que dos 30 dias pesquisados, 14 não tiveram qualquer material jornalístico referente ao assunto. Mesmo antes, no dia 26/03/2008, em função da crise no Rio de Janeiro, que já repercutia, através de uma matéria com pesquisadora Glória Teixeira, que o estado corria risco de epidemia. No período, o assunto mereceu manchete em quatro dias (12/25/26/28), além de chamada de primeira página em praticamente todos os dias em que ocorreram reportagens sobre a dengue.

Enquadramentos encontrados nas reportagens

Enquadramento	Como Principal		Como Secundário	
	Casos	Porcentagem	Casos	Porcentagem
Casos	7	20,6%	10	34,5%
Clínico	8	23,5%	6	20,7%
Ações governamentais e Serviços de Saúde	12	35,3%	7	24,1%
Sócio-cultural	4	11,8%	2	6,9%
Científico	1	2,9%	—	—
Vetor e Criadouros	2	5,9%	4	13,8%

Os dados obtidos também coincidem com o da pesquisa de França et all. Os enquadramentos casos e clínica da doença foram majoritários, com 15 ocorrências como principal e 16 como secundários. Ou seja, seja nos títulos, nos apoios, nas chamadas, nas manchetes ou no decorrer dos textos, os jornalistas de A Tarde, ao trabalharem com a dengue, estavam preocupados em apontar o número de casos e óbitos, a sintomatologia e a gravidade da doença. Deste modo, os números são expressivos. Como enquadramento principal, casos e clínica somam 44,1% do total dos matérias. Ponto relevante visto que trata-se de espaços privilegiados: títulos, leads, chamadas. Como secundário atingem o percentual de 55,2%.

Sozinho o enquadramento casos da doença tem 20,6% como principal e 34,5% como secundário. A primeira manchete do período Bahia corre risco de ter epidemia de dengue (12/04) é sintomática. Trata, justamente, da problemática relativa à epidemia. É também a primeira vez que a palavra aparece com destaque no período, mesmo não sendo reconhecida pelo governo estadual. No dia 02, a reportagem “Dengue aumenta em 70% na BA” traz a questão pelo vies quantitativo, ou seja, a questão do número de casos percorre todo o texto, está expressa nos “olhos” (8.343 pessoas foram atingidas



pela dengue no Estado em dados atualizados pela Sesab) e (7.325 doentes era o número do Ministério da Saúde até o dia 27 de março) . e no lead:

O número de casos de dengue na Bahia aumentou este ano cerca de 70% quando comparado com o mesmo período do ano passado. Enquanto foram registrados 4.860 casos de janeiro a 31 de março de 2007; em 2008 este número chega a 8.343 notificações

Até o dia 18 de abril este enquadramento conduzia as notícias, visto que os dados indicavam aumento dos casos, traziam o temor na comunidade de uma epidemia.

Levantamento divulgado pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Salvador revela que 33 dos 183 casos de dengue confirmados na capital ocorreram na área de Itapoan (12/04)

Com a situação definida em torno de uma provável epidemia, o enquadramento casos perde esta importância e somente volta a ser destacado no dia 25, quando há o primeiro óbito em Salvador. Nesta edição, o A Tarde dedica praticamente duas páginas à doença e começa a apostar na infografia. “Salvador registra 1ª morte por dengue hemorrágica” é a manchete do dia. Internamente, “Menina morre de dengue hemorrágica” é o destaque da página 4. O lead indica a força que o óbito tem no jornalismo, principalmente em função da possibilidade do surgimento de um surto epidêmico, na cidade.

A estudante Daniela Pereira dos Santos, 9 anos, morreu depois de ter sido internada na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital da Cidade, localizado no bairro da Caixa D'Água, na última terça-feira. É a primeira morte por dengue hemorrágica confirmada em Salvador em 2008. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Coutos, bairro do Subúrbio Ferroviário onde a menina morava com a família, é uma das áreas com alto índice de ocorrência da doença.

Mesmo quando não é destaque o número de casos, o reconhecimento da epidemia e letalidade da doença estão impregnados nos textos, dando sustentação a outros aspectos como clínicos, sócio-culturais, ações e serviços de saúde e o vetor. Na composição dos enquadramentos, os jornalistas do A Tarde, ao focarem no casos da doença, fazem associação, no primeiro momento com a sintomatologia, seguida de ações de controle e prevenção e serviços de saúde, quando os casos graves começam a aparecer. Foi possível identificar que ao ficar evidente o aumento de casos, o jornal deixa de trabalhar estes dados nos textos, preferindo compor infografias como a “Dengue no Brasil”, publicada em 25 de abril.



Já os aspectos clínicos como sintomas e gravidade da doença estão presentes nos materiais em 23,5% como principal e 20,7% como secundário. As ocorrências começaram no plano secundário, acompanhando os casos e medidas de controle e prevenção. Como na matéria “Itabuna tem primeira vítima de dengue hemorrágica”, publicada no dia 05/04, como segunda matéria da página, quando as notícias sobre o Rio de Janeiro tinham maior destaque. Eis o segundo parágrafo da matéria:

Segundo a médica-chefe do Departamento de Pediatria do Novaes, Fabiane Chávez, o quadro de saúde de Gleisla era realmente muito grave. “ A médica plantonista que atendeu observou manchas pelo corpo e hematomas, alguns sintomas da dengue hemorrágica”, conta

O crescimento do número dos casos faz com que o discurso da mídia cada vez mais agregue a parte clínica da doença, como os sintomas, a ponto de tornar-se matéria principal (“Exame é eficaz após sexto dia de sintomas” – 18/04) e manchete no dia 22, com “Mais duas crianças contraem dengue hemorrágica” e no dia 28, com “Alerta-Casos de dengue grave chegam a 29 na Bahia.” Nota-se que o valor notícia principal é a gravidade da doença. Assim como ocorre com casos, o enquadramento clínico também foi aproveitado, com ênfase, em infografia. “A dengue hemorrágica” (25/04), “Principais sintomas nas Crianças” e “Exames”, ambos do dia 26, tiveram bastante destaque, com espaços equivalentes ao dos textos. No mesmo dia, outro infográfico importante: “Sinais de alerta para a dengue grave”, que oferecem outra possibilidade de compreensão. Desde então, o enquadramento clínico, sintomas e também diagnóstico, firma-se na cobertura em função da dificuldade de diferenciar a dengue e outras patologias como meningites, leptospirose, e posteriormente com deficiência dos serviços de saúde.

O problema da dengue foi percebido pelo jornal como uma questão de saúde pública. Ações de controle e prevenção promovidas pelo Estado e os serviços de saúde foram, isoladamente, os que obtiveram maior presença na cobertura. Enquanto enquadramento principal, atingiu o percentual de 35,3% e secundário, 24,1%. A indicação é presença das fontes oficiais, no período analisado, representadas em sua maioria pela Secretaria de Saúde do Estado, seguido da Secretaria Municipal de Saúde e finalmente pelo Hospital Couto Maia, especializado em doenças infecciosas. Elas além de divulgarem dados, repercutiram questões e acontecimentos, além de darem explicações sobre a deficiência dos serviços. Assim como o clínico, este também segue acompanhando o enquadramento caso e passa a configurar-se como principal, pela



primeira vez, no dia 18/04, com “Campanha de combate atua na mobilização”, que ganha destaque na página 12 e refere-se a institucionalização por parte do governador de comitê estadual de combate a dengue e de uma campanha educativa. Eis o segundo parágrafo.

Coordenada pelo secretário Jorge Solla, o comitê congrega 38 representantes do governo do estado, de federações, sindicatos, associações de bairro, escolas e outras entidades. O grupo irá coordenar ações de combate à proliferação do mosquito transmissor. A primeira reunião está agendada para a próxima reunião

As fotos dos secretários de saúde do estado da Bahia e do município de Salvador e de seus auxiliares em hospitais, postos de saúde e centros de controle de zoonoses e coordenações de saúde também reforçaram este enquadramento. A dimensão dos serviços de saúde ganha ênfase justamente quando a demanda pelo atendimento nos postos e hospitais cresce. A reportagem “Medo leva pessoas a lotarem os postos” é bom exemplo. Publicada no dia 26, tem o seguinte lead:

Alguns postos de saúde vêm registrando um crescimento do número de casos suspeitos de dengue durante o mês de abril. Na Unidade de Saúde de São Marcos, situado no Distrito Sanitário de Pau da Lima, entre 1 de março e 19 de abril foram notificados 82 casos suspeitos. Destes, 33 foram somente na semana de 05 a 11.

Mais adiante aponta o que viria a se a marca dos textos: a deficiência dos postos

Com capacidade para receber 150 pacientes por dia, a unidade tem contabilizado 280 (...) Em abril, no entanto, esta média saltou para 329. “Só deveríamos atender casos de urgência e emergência. Mas, pela carência, acabamos atendendo ambulatório também”, admite Anjo. E existe estrutura para atendimento caso haja um surto da mesma proporção do Rio de Janeiro? “Não”, admite o coordenador, com pesar.

Outras duas reportagens tem o mesmo teor: “Sintomas e medo levam pacientes a hospitais” e “Crianças com sintomas lotam pediatria do hospital”, ambas do dia 28 de abril. Mesmo evidenciando os serviços, numa perspectiva negativa, o jornal não assume para si a responsabilidade de chamar a situação de epidemia. Por isso, o embate se dará principalmente com o secretário municipal de saúde, José Carlos Brito, que é destaque em duas matérias: “Secretário convoca imprensa e diz não existe “epidemia”” (25/04) e “Situação não é alarmante”, avalia secretário municipal (27/04), quando tenta justificar a situação e expor as ações da Prefeitura, incluindo mobilização e controle. É importante destacar que o enquadramento dos serviços de saúde são, geralmente,



acompanhados dos enquadramentos clínico, casos e sócio-cultural, em função de abarcar populações mais pobres da cidade, naquele momento.

Com presença de 11,8% e 6,9%, entre principal e secundário, respectivamente, o enquadramento sócio-cultural dá ênfase as desigualdades sociais e os modos de vida ao trabalhar a doença. Este enquadramento teve dados simétricos ao enquadramento vetor – criadouro e infestação, que obteve 5,9% como principal e 13,8% como secundário, confirmando a tendência da imprensa em colocar estes temas, condicionados a outros como casos. Em relação ao sócio-cultural, o repórter abandonou as fontes oficiais e os dados para trabalhar as realidades particulares dos moradores de áreas pobres da cidade. A reportagem “Água de Chuva acumulada em lajes traz risco de dengue” é um bom exemplo neste sentido ao destacar questões de vizinhanças, moradias sem condições básicas de saneamento, hábitos da população local. Eis um trecho revelador:

Perto dali, o bebedouro dos galos criados soltos na rua, feito de uma garrafa pet, é outro ponto de acumulação de água limpa que pode atrair mosquitos. A dona das aves, Neildes Ramos dos Santos, 53 anos, garantiu que a família tem o cuidado de trocar a água do recipiente que fica pendurado em planta. (03/04)

Outro aspecto importante foi os jornalistas associarem a falta de saneamento e abastecimento de água em áreas de Salvador ao aumento do número de casos. Na reportagem, “Abastecimento irregular de água aumenta risco da dengue”, publicada no dia 24, reforça o fato dos bairros do subúrbio ferroviário estarem mais vulneráveis à doença, além de “Dengue preocupa moradores do subúrbio” (28/04). Já a abordagem sobre o vetor, criadouros e índice de infestação ocorre com ênfase até a emergência dos casos mais graves, logo depois vira detalhes nos materiais sobre serviços de saúde.

Na cobertura da dengue, um enquadramento foi bastante deficitário: o científico, com apenas uma ocorrência, perfazendo um 2,9%. Apenas em Repelente tem bom resultado é possível identificar marcas do discurso científico. Todavia, no período, os pesquisadores praticamente não foram ouvidos.

Considerações finais

Há entre os jornalista que atuam na cobertura de Ciência e Tecnologia a busca de ampliar as possibilidades de cobertura, o números de veículos dedicados à temática, bem como criar estratégias de linguagem que possam tornar menos árida a relação da sociedade com o campo científico. Ainda não chegou o momento da realização plena



desta proposta, talvez nunca chegue, visto que o próprio campo está em intensas transformações, sendo atravessado por diversas perspectivas, interesses e paradigmas. Mas, parece que já há avanços consideráveis no esfera do jornalismo científico.

Adotar a cobertura do campo da saúde como uma especialidade do jornalismo científico representa um avanço, visto que traria vantagens como a inclusão de uma importante parcela das pesquisas básicas e aplicadas do país em diversos setores do campo, comunicando-as com a realidade cotidiana da nossa sociedade. Os enquadramentos encontrados no período estudados mostram a necessidade desta interação.

Certamente, as informações sobre sintomas, diagnósticos, vetor, infestação foram oriundas de pesquisas, entretanto elas aparecem como um conhecimento comum, o que de todo não é ruim. Não seria interessante também a perda de uma das marcas do jornalismo de cidade: a humanização do relato, de fato pouco utilizado na cobertura de A Tarde. Não encarar a cobertura de saúde como uma especialidade, utilizando repórteres de diversas perspectivas, faz com que não se aprofundem as dimensões da saúde, tampouco recorra-se a pesquisadores das epidemiologia, da infectologia, da saúde pública, por exemplo.

A cobertura de A Tarde, ao mesmo tempo que trouxe o mérito de trabalhar a dimensão de política pública, ofertando à sociedade o enquadramento de que a dengue é uma questão de saúde pública, não foi capaz de ultrapassar o discurso das fontes oficiais. Pesquisadores da área de gestão não foram acessados, quer para complementar, quer para contestar o discurso oficial. Daí, ao mesmo tempo em que avançou ao introduzir, mesmo que timidamente, a dimensão sócio-cultural para sua cobertura, lhe escapou o fenômeno ambiental. A cobertura, no período analisado, esteve numa dualidade tensa entre uma fixação pela suposta imparcialidade dos números e uma sensacionalização dos mesmos. O jornalismo para a saúde deve agregar elementos do científico, aproximando os pesquisadores das questões centrais do cotidiano social.

Referências

BOAS, Sergio Vilas. **Formação & Informação Científica: Jornalismo para iniciantes e leigos.** São Paulo, Summus 2005.

BURKETT, Warren. **Jornalismo científico: como escrever sobre ciência, medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo científico no Brasil.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.



ENTMAN, Robert M. **Framing: toward clarification of a fractured paradigm.** In: Journal of Communication 43 (4), Autumn, New York: Oxford University, 1993, p. 1 a 8.

HERNANDO, Manuel Calvo. **El periodismo del III milenio.** Revista Arbor. nº 534-35: 59-71. 1990.

_____. **Objetivos de la Divulgación de la Ciência.** Chasqui 60, Dezembro, 1997.

_____. **La prensa y la divulgación científica.** In Revista Espiral. Ano 7. nº 26 (jan-mar), 2006.

FRANÇA, Elisabeth; ABREU, Daisy; SIQUEIRA, Márcia. **Epidemias de dengue e divulgação de informações pela imprensa.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(5):1334-1341, set-out, 2004.

GUTMANN, Juliana Freire. **Quadros narrativos pautados pela mídia: framig como segundo nível do agenda-setting?** Contemporânea, Vol 4, nº 1, p. 25-50 / Junho 2006

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. **A função do agendamento dos media,**1972 In: TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo:** análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

OLIVEIRA, Fabíola. **Jornalismo Científico.** São Paulo: Contexto, 2002.

PORTO, Mauro. **Enquadramentos da mídia e da política** In RUBIM, Antônio Albino Canelas. (Org.). Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

VASCONCELOS et all. Epidemia de dengue em Ipujiara e Prado, Bahia: Inquérito sorológico-epidemiológico. In Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical.33(1):61-67, jan-fev, 2000

XAVIER, Caco. Mídia e Saúde, Saúde na Mídia. In: SANTOS, Adriana (org). Cadernos mídia e saúde pública. Belo Horizonte. Escola Nacional de Saúde Pública/FUNEB, 2006.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** 5. ed. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa, Presença, 1999.

ZAMBONI, Lílian Márcia Simões. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica.** São Paulo: Fapesp, 2001

Publicações on-line

BUENO, Wilson da Costa. **A saúde na mídia: uma visão crítica.** Disponível em http://www.comunicasaude.com.br/comunicasaude/artigos/jornalismo_saude/artigo12.php. Acesso em 02. jun.2008

BUENO, Wilson da Costa. **A saúde na mídia brasileira:** sintomas de uma doença anunciada. <www.comunicasaude.com.br> Acessado em 20.fev.2008

CASTELFRANCH, Yurij. **Imaginando uma paleontologia da cultura científica** Texto disponível em www.comciencia.br. Acessado em 05.mar.2006.

VOGT, Carlos. **A espiral da cultura científica.** Texto disponível em www.comciencia.br. Acessado em 05.mar.2006.

Sites Visitados

Ministério da Saúde (www.saude.gov.br)

Organização Pan-Americana de Saúde (www.opas.org.br)

Fundação Oswaldo Cruz (www.fiocruz.br)

Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (www.saude.ba.gov.br)